

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdch@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 3969/2018-PGJ, DE 22.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 3913/2018-PGJ, de 20.11.2018, que concedeu ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta: “no período de 23.4 a 2.5.2018”; passe a constar: “nos períodos de 23.4 a 2.5.2018 e 28.5 a 4.6.2018”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 26/CGMP/2018**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que o Corregedor-Geral do Ministério Público realizará visita correcional nas Promotorias de Justiça abaixo no dia 5 de dezembro de 2018:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
1ªPJ Campo Grande
2ªPJ Campo Grande
3ªPJ Campo Grande
4ªPJ Campo Grande
5ªPJ Campo Grande
6ªPJ Campo Grande
7ªPJ Campo Grande
8ªPJ Campo Grande
9ªPJ Campo Grande
35ªPJ Campo Grande
45ªPJ Campo Grande
75ªPJ Campo Grande

Campo Grande, 29 de novembro de 2018.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA

Corregedor-Geral do Ministério Público

ESCOLA SUPERIOR**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 012/GED/2018**

Extrato do Convênio nº 012/GED/2018 celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Ajunto de Justiça Administrativo Helton Fonseca Bernardes e o COLÉGIO GERAÇÃO DE CASSILÂNDIA - MS, neste ato representada por sua Diretora Luciene de Castro Alves Camargo.

Processo: PGJ/10/4329/2018

Objeto: concessão de estágio obrigatório e não-obrigatório pelo Ministério Público Estadual aos estudantes regularmente matriculados e com efetiva frequência nos Cursos de Ensino do Colégio.

Vigência: 02 (dois) anos a partir da data da assinatura.

Assinatura: 19 de novembro de 2018.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 013/GED/2018

Extrato do Convênio nº 013/GED/2018 celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Ajunto de Justiça Administrativo Helton Fonseca Bernardes e a ESCOLA EVANGÉLICA AVIAMENTO BÍBLICO DE CASSILÂNDIA - MS, neste ato representada por sua Diretora Jucélia Ferreira Leonel.

Processo: PGJ/10/4330/2018

Objeto: concessão de estágio obrigatório e não-obrigatório pelo Ministério Público Estadual aos estudantes regularmente matriculados e com efetiva frequência nos Cursos de Ensino da Escola Evangélica.

Vigência: 02 (dois) anos a partir da data da assinatura.

Assinatura: 19 de novembro de 2018.

SECRETARIA-GERAL**EDITAL Nº 02/AM/PGJ/2018**

A Assessoria Militar da Procuradoria-Geral de Justiça, em cumprimento a Ordem de Serviço nº 001/2016-SG/MP-MS, datada de 12 de setembro de 2016, faz saber a quem interessar que se encontram na Assessoria Militar, os seguintes objetos, abaixo relacionados, os quais foram achados no interior do Prédio da Procuradoria Geral de Justiça.

03 (três) pares de óculos;

01 (um) cachecol

01 (um) echarpe;

Certa quantia em dinheiro;

Nos Termos do Art. 5º da Ordem de Serviço nº001/2016-SG/MP-MS, de 12 de setembro de 2016, os referidos materiais permanecerão na Assessoria Militar pelo prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação deste Edital, para que o proprietário ou provável proprietário reivindique o bem.

Ultrapassado este prazo, os materiais/pertences, serão doados a entidades/associações beneficente, mediante termo de doação assinado pela Secretária-Geral do Ministério Público.

Campo Grande, 23 de novembro de 2018.

JOSÉ DA CRUZ SOARES

Capitão PM

Assessor Militar

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 39/PGJ/2018 - Processo n.º PGJ/10/3475/2018.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de adequação da recepção do prédio-sede do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado - GAECO, em Campo Grande - MS, incluindo o fornecimento de todo o material necessário.

Vencedora: LK Empreendimentos Eireli, para o item 1, no valor de R\$23.465,00.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do edital.

Campo Grande, 29 de novembro de 2018.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 48/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/3782/2018).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de papel sintético (capas de processo), para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedora/Preços Registrados: Rezende e Diniz Neto Ltda. – EPP, os itens 1 (R\$1.990,00), 2 (R\$1.990,00), 3 (R\$2.470,00); 4 (R\$2.470,00), 5 (R\$2.470,00), 6 (R\$1.740,00), 7 (R\$1.740,00), 8 (R\$1.990,00), 9 (R\$2.470,00), 10 (R\$2.470,00), 11 (R\$1.990,00), 12 (R\$2.470,00), 13 (R\$1.990,00), 14 (R\$1.990,00) e 15 (R\$1.740,00).

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 29 de novembro de 2018.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 71/PGJ/2016.**

Processo PGJ/10/3895/2016.

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2 – **BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA.**, representada por **Jorge Sukarie Neto**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 57/PGJ/2016.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993 e Emenda Constitucional nº 77, de 18 de abril de 2017.

Objeto: **Prorrogação de vigência contratual** para o fornecimento de licenças dos *softwares Exchange Online Kiosk* - 50 (cinquenta) unidades, *Office 365 Enterprise E3* - 2.200 (duas mil e duzentas) unidades, *Visio Pro para Office 365* - 10 (dez) unidades, *Project Online Premium* - 10 (dez) unidades, *Project Online Professional* - 50 (cinquenta) unidades e *Project Online Essentials* – 300 (trezentas) unidades, por mais 12 (doze) meses, **reajuste do valor estimado mensal** do Contrato em R\$ 18.253,70 (dezoito mil, duzentos e cinquenta e três reais e setenta centavos), em razão da aplicação da variação do IGP-M (Índice Geral dos Preços de Mercado), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), perfazendo o valor estimado mensal de R\$ 187.241,60 (cento e oitenta e sete mil, duzentos e quarenta e um reais e sessenta centavos) **e a alteração do índice de correção** constante nos itens 7.3, 7.6 e no subitem 7.6.1, da Cláusula Sétima, para que as eventuais correções monetárias e os reajustes subsequentes sejam calculados de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo.

Valor estimado mensal: R\$ 187.241,60 (cento e oitenta e sete mil, duzentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).

Vigência: 15.12.2018 a 14.12.2019.

Data de assinatura: 21 de novembro de 2018.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/PGJ/2016.

Processo PGJ/10/3469/2016.

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2 – **SET VIDEO PRODUÇÕES EIRELI-EPP**, representada por **Daniele Girelli**.

Objeto: **Prorrogação do prazo** de vigência contratual por 12 (doze) meses, para a prestação de serviços de produção de vídeo, armazenamento, captação de áudio e imagens, transmissão e publicação on-line, para atender o Ministério Público Estadual, **reajuste dos valores contratados** em R\$ 1.193,21 (um mil, cento e noventa e três reais e vinte e um centavos), em razão da aplicação da variação do IGP-M (Índice Geral dos Preços de Mercado), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e **alteração do índice de correção** constante nos itens 6.3, 6.6, da Cláusula Sexta, para que as eventuais correções monetárias e os reajustes subsequentes sejam calculados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, diante da Emenda Constitucional nº 77/2017.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993 e Emenda Constitucional nº 77, de 18 de abril de 2017.

Valor estimado mensal: R\$ 12.234,17 (doze mil, duzentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos).

Vigência: 06.12.2018 a 05.12.2019.

Data da assinatura: 28 de novembro de 2018.

REPUBLICA-SE, PARA COMPLEMENTAÇÃO, O EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 76/PGJ/2017, PUBLICADO NO DOMP Nº 1.866 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018 (PÁGINA 8).**Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 76/PGJ/2017**

Processo PGJ/10/3313/2014

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2 – **MULTPLIK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, representada neste ato por **Wilson Souza Fontoura**;

Procedimento Licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo Legal: Artigo 65, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 8.666/1993, emenda Constitucional nº 77 de 18 de abril de 2017 e artigo 18, da Lei Federal nº 8.245/1992.

Objeto: **Reajuste do valor** mensal do aluguel do imóvel situado na Rua São Vicente de Paula esquina com a Rua Luiz Freire Benchetrit, Bairro Chácara Cachoeira, Campo Grande/MS, em R\$ 8.039,67 (oito mil, trinta e nove reais e sessenta e sete centavos), com efeitos a partir de 28.09.2018, em razão da aplicação da variação do IGPM (Índice Geral dos Preços de Mercado), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), consoante teor do item 6.5., da Cláusula Sexta, de modo que o valor mensal do aluguel do imóvel deste Contrato passa a ser de R\$ 88.039,67 (oitenta e oito mil, trinta e nove reais e sessenta e sete centavos) e **alteração do índice de reajuste** constante no item 6.5., da Cláusula Sexta, para que os reajustes subsequentes sejam calculados de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, diante da Emenda Constitucional nº 77/2017.

Valor anual total: R\$ 1.056.476,04.

Vigência/produção de efeitos: 28.09.2018 até 28.09.2022.

Data de assinatura: 22 de novembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/PGJ/2018.

Processo nº PGJ/10/3740/2018.

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2 – **SOBRAL-CHAVES E CARIMBOS LTDA**, representada por **Cicero Prado Sobral**.

Procedimento licitatório: **Pregão Presencial nº 45/PGJ/2018**.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Prestação de serviços de confecção de chaves, instalação e manutenção de fechaduras, entre outros, para atender aos 7 (sete) prédios/instalações do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na comarca de Campo Grande/MS.

Valor estimado anual: R\$ 22.491,25 (vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005907 de 27.11.2018.

Vigência: 28.11.2018 a 28.11.2019.

Data de assinatura: 28 de novembro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 30/2018.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2018.00003187-4

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Apurar a falta de adoção de medidas para preservação do Edifício NOB-Gabinete do Prefeito, localizado na Rua Calógeras, s/n, esquina com Avenida Mato Grosso, Centro, Campo Grande/MS, bem de valor histórico-cultural, tombado pelo Município de Campo Grande e Estado de Mato Grosso do Sul, em decorrência das irregularidades constatadas no "Relatório do Estado de Conservação dos Bens Tombados pelo Município de Campo Grande – 2017".

Campo Grande, 29 de novembro de 2018.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

EDITAL Nº 0051/2018/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002888-0

Requerente: Antônio Bosco da Costa

Requerido: A apurar

Objeto(s): Apurar eventual irregularidade às normas urbanísticas na concessão do habite-se n. 3011/2014.

Campo Grande, 28 de novembro de 2018

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL N. 0016/2018/17PJ/DOS

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00004363-7

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): A apurar.

Assunto: Acompanhar a regularidade dos sorteios do Programa Habitacional Municipal, notadamente no que concerne aos Idosos e Pessoas com Deficiência.

Dourados/MS, 28 de novembro de 2018.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CHAPADÃO DO SUL

EDITAL 21/2018/1ª PJCS

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Chapadão do Sul-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003224-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO

Chapadão do Sul/MS, 22 de novembro de 2018.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

EDITAL 22/2018/1ª PJCS

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Chapadão do Sul-MS torna pública a instauração Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso do Sul, n. 435, Bairro Parque União, neste Município. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003261-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Município de Chapadão do Sul, Rodrigo Nhebauer Delalibera, Ivanor Zorzo e Orlando Luis da Cunha Castilho.

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ilegal de horas-extras a servidor lotado na Secretaria de Obras da Administração Pública Municipal de Chapadão do Sul/MS.

Chapadão do Sul/MS, 27 de novembro de 2018.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2015.00000113-5

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CHAPADÃO DO SUL

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato representado pela Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja, doravante denominado Ministério Público.

Compromissado: Lizandra Cavalin Marson dos Santos, brasileira, casada, administradora de empresas, inscrito no CPF sob o nº 159.374.058.058-11, portador do CI/RG nº 22.870.277-x SSP/SP, residente na cidade de Mirassol/SP.

Objeto: Composição, reparação e compensação ambiental de danos referentes aos Autos de Infração nº 16109 e 16110 e Laudo de Constatação nº 2228, lavrados pela PMA/IMASUL, por desconformidades ambientais existentes no imóvel rural decorrentes da ausência de isolamento da Área de Preservação Permanente, o que permitiria a entrada de animais de criação (bovinos e equinos), e da ausência de práticas de conservação de solo, fatores que ocasionaram processos erosivos que culminaram na sedimentação do curso hídrico.

Da Indenização Ambiental: A COMPROMISSÁRIA doará um equipamento do tipo GPS (Garmin Oregon 700 com Wi-Fi) para uso da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, com atribuição na tutela do meio ambiente, o qual será utilizado em diligências e vistorias ambientais e, também, para o monitoramento de nascentes e APPs eventualmente degradadas no âmbito do projeto PRESERVÁGUA, ficando à disposição para outras demandas ministeriais em que possa ser útil.

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA
Promotora de Justiça

IGUATEMI

EDITAL Nº 025/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00003265-1

Requerente: Sindicato Rural de Tacuru-MS

Requerido: Energisa – Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar violação difusa a direitos do consumidor em razão de defeito na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica pela empresa ENERGISA na área rural do Município de Tacuru-MS.

Iguatemi, 29 de novembro de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA
Promotor de Justiça.

PONTA PORÃ

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0185/2018/01PJ/PPR

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 19/07/2018, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e o Município de Antônio João, referente a fiscalização e o cumprimento pelo Município de Antônio João das disposições da Lei Complementar nº 131/2009 e da Lei nº 12.527/2011 relativas ao acesso à informação e à transparência na execução orçamentária e financeira, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2016.00000913-1, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 28 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0186/2018/01PJ/PPR

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 27/09/2018, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e o Município de Ponta Porã, referente a legalidade da redução salarial dos enfermeiros lotados nos Programas de Saúde Indígena, Estratégia de Agente Comunitário de Saúde e Estratégia de Saúde da Família, bem como verificar o impacto desta redução remuneratória na qualidade do serviço de saúde prestado no Município de Ponta Porã/MS, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2016.00000173-9, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 28 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0187/2018/01PJ/PPR

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 29/09/2018, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e o Município de Ponta Porã, referente a observância do princípio da impessoalidade do Processo Seletivo Simplificado para Contratação da Equipe Volante para atuar na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Ponta Porã do ano de 2016, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2017.00000140-0, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 28 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

EDITAL Nº 001/2018/03PJ/SDN

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003315-0.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Sidrolândia;

Assunto: “Apurar os fatos narrados nas manifestações n.º 11.2018.00003011-9 e n.º 11.2018.00003009-6 relativas à Frequência de Servidores Públicos Municipais lotados pela Secretaria Municipal de Saúde na Unidade Centro de Especialidades Odontológicas de Sidrolândia/MS”.

Sidrolândia/MS, 28 de novembro de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BATAYPORÃ

RECOMENDAÇÃO - Nº 01/2017

Autos do Procedimento Preparatório: 06.2018.00003044-2

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Batayporã/ MS, apresentado pela Promotora de Justiça subscritora, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007¹:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”²;

CONSIDERANDO que a recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”³, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

¹ Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

² MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

³ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

Considerando que a regra constitucional do concurso público (artigo 37, inciso II, da CF/88) é pautada pelos princípios da igualdade (“pelo qual se permite que todos os interessados em ingressar no serviço público disputem a vaga em condições idênticas para todos”), moralidade administrativa (“indicativo de que o concurso veda favorecimentos e perseguições pessoais, bem como situações de nepotismo, em ordem a demonstrar que o real escopo da Administração é o de selecionar os melhores candidatos”) e competição (“que significa que os candidatos participam de um certame, procurando alçar-se a classificação que os coloque em condições de ingressar no serviço público”)⁴;

Considerando que investigações realizadas nesta Promotoria de Justiça apontam para a ausência de lisura do Concurso Público de Provas da Prefeitura de Taquarussu;

Considerando, ainda, que foram constatados elementos concretos do direcionamento da licitação para contratação da empresa Vale, responsável pela aplicação das provas;

Considerando que tais irregularidades, uma vez comprovadas, podem acarretar prejuízo a vários candidatos e, até mesmo, a nulidade do certame;

RESOLVE:

Recomendar ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Taquarussu, senhor Roberto Tavares Almeida, que suspenda o Concurso Público de Provas do Município de Taquarussu, especialmente a posse dos aprovados, pelo prazo de 90 (noventa dias), concedendo-lhe ainda, o prazo de 05 (cinco) dias para que sejam prestadas informações sobre o acatamento (ou não) da presente recomendação e das providências adotadas.

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público informa que poderá adotar as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive através do ajuizamento da ação civil pública cabível.

Em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução nº 15/2007/PGJ, determino ao Executivo Municipal a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no site da Prefeitura.

Encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público (CAOPJPPS), ao Poder Legislativo Municipal e à Comissão do Concurso Público de Taquarussu para conhecimento e providências que entenderem cabíveis e por fim, encaminhe-se também para publicação no DOMP/MS.

Batayporã, 28 de novembro de 2018.

BIANKA M. A. MENDES.
Promotora de Justiça.

4 JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2014, p. 634.

BRASILÂNDIA

RECOMENDAÇÃO 001/2018

Notícia de Fato

SAJMP nº 01.2018.00010707-1

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do Promotor de Justiça do Patrimônio Público de Brasilândia/MS, com base em suas atribuições constitucionais e legais, mormente as dos artigos 129, III, VI e VIII da Constituição Federal de 1988, art. 8º, §1º da Lei Federal nº. 7.347/85, art. 8º da Lei Complementar Federal nº. 75/93, art. 26 da Lei Federal nº. 8.625/93 e art. 27 da Lei Complementar Estadual nº. 72/94, e

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal, “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”;

CONSIDERANDO que tais princípios visam resguardar o interesse público na tutela dos bens da coletividade, sendo que, dentre eles, o da moralidade e o da impessoalidade exigem que o agente público paute sua conduta por padrões éticos que têm por fim último alcançar a consecução do bem comum, independentemente da esfera de poder em que atue;

CONSIDERANDO o disposto no art. 88, II, V e VI, do ECA que estabelece a criação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente na Política Nacional de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente e a integração com o Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto no art. 95 e ss do ECA que estabelece a atribuição do Ministério Público para a fiscalização e representação para a aplicação de medidas a entidades de atendimento;

CONSIDERANDO que a ausência do requisito da impessoalidade na escolha ofende os princípios da eficiência, da igualdade, moralidade e probidade administrativas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, inciso XI, da Lei Municipal nº 2586/2015 do município de Brasilândia, que estabelece a atribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para instaurar, por meio de comissão paritária, sindicância administrativa e processo administrativo disciplinar para apurar eventual falta funcional por Conselheiro Tutelar no exercício de suas funções, assegurado ao acusado o exercício ao contraditório e à ampla defesa;

CONSIDERANDO o disposto no art. 66, 67 e 68, da Lei Municipal nº 2586/2015 do município de Brasilândia, que estabelece a necessidade e o rito procedimental para instaurar e processar, por meio de comissão paritária, sindicância administrativa e processo administrativo disciplinar para apurar eventual falta funcional por Conselheiro Tutelar no exercício de suas funções, assegurado ao acusado o exercício ao contraditório e à ampla defesa;

CONSIDERANDO que o CMDCA deste município apresentou nesta Promotoria de Justiça o Ofício 066/CMDCA/2018 (páginas 6-5) e o Ofício Ofício 70/CMDCA/2018 (páginas 16-34), informando que institui comissão especial para apurar supostas irregularidades no âmbito da Casa de Acolhimento de Crianças e Adolescentes desta cidade e que, após meras reuniões com registros de atas dos procedimentos adotados nas referidas reuniões, sem a instauração formal de sindicância e/ou processo administrativo disciplinar, deliberaram e aplicaram sanções administrativas às conselheiras tutelares Sílvia Cardoso, Maria Adriana Alves e Jaqueline dos Santos, bem como sugeriram à Secretaria Municipal de Educação pela demissão/afastamento do cargo da Coordenadora da Casa de Acolhimento Selma de Souza Alquaz;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 5º, LIV e LV, garante que ninguém será privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, e que aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

CONSIDERANDO que a aplicação de sanções administrativas pressupõe a instauração formal de sindicância ou de procedimento administrativo disciplinar, que deverá seguir rito procedimental fixado na lei municipal que

regulamenta ;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso II, da CF/88 estabelece como função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público (art. 129, inciso III, CF/88) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça a Notícia de Fato nº 01.2018.00010707-1, cujo objeto é idêntico ao que foi apurado pela referida comissão especial instaurada no âmbito do CMDCA desta cidade;

CONSIDERANDO que o poder de autotutela dos atos administrativos que permitem à administração pública rever ou anular seus atos quando eivados de ilegalidades;

RESOLVE, com fulcro no art. 29, IV, da Lei Complementar n. 72, de 18 de janeiro de 1994 e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007, RECOMENDAR ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - que

1) declare a nulidade dos atos administrativos que aplicaram sanções às Conselheiras Tutelares Silvia Cardoso, Maria Adriana Alves e Jaqueline dos Santos e que recomendou o afastamento do cargo da Coordenadora da Casa de Acolhimento Selma de Souza Alquaz, por violação aos disposto nos dispositivos constitucionais e legais supracitados nos considerandos acima transcritos;

2) promover, caso repute necessário, a apuração adequada dos fatos que geraram as sanções aplicadas às pessoas supracitadas, mediante procedimento formal estabelecido em lei (art. 66 e seguintes, da Lei Municipal nº 2586/2015).

Deverá a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA - informar e comprovar nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as providências adotadas.

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público adotará as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive pela prática de ato de improbidade administrativa, porquanto afastada a boa-fé justamente pelo teor desta Recomendação e pela aceitação, por conta e risco de Vossa Senhoria, da manutenção da ilegalidade perpetrada com violação aos dispositivos legais e aos princípios da administração pública.

Encaminhe-se cópia desta recomendação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ao Conselho Tutelar, à Prefeitura de Brasilândia e à Casa de Acolhimento desta cidade de Brasilândia.

Brasilândia/MS, 26 de novembro de 2018.

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS
Promotor de Justiça